



Departamento de Educação Primária e Secundária de Rhode Island

PROCEDIMENTOS DE AUDIÊNCIA DE PROCESSO IMPARCIAL DE ENSINO ESPECIAL

Gabinete de Apoio Estudantil, Comunitário e Académico

Atualizado dia 30 de Março, 2012

Estes procedimentos estão disponíveis no website do Departamento de Educação de Rhode Island em:
http://www.ride.ri.gov/OSCAS/Dispute_resolution/

PROCEDIMENTOS DE AUDIÊNCIA DE PROCESSO IMPARCIAL DE ENSINO ESPECIAL

Índice de Conteúdos

Panorama <i>O Sistema de Resolução de Disputas de Educação Especial de Rhode Island</i>	Página 3
A Audiência de Conciliação Imparcial de Educação Especial: <i>Exigências Regulatórias do Conselho de Regentes</i>	Página 7
<i>Procedimentos do Departamento de Educação de Rhode Island</i>	Página 13
Apêndice A: Perguntas e Respostas	Página 18
Apêndice B: Formulário Modelo <i>Formulário Modelo para Assistir à Requisição de uma Audiência de Conciliação</i>	Página 23

Panorama do Sistema de Resolução de Disputas de Educação Especial de Rhode Island

Parceria Pais-Escola e Tomada de Decisões Partilhada

O Departamento de Educação Primária e Secundária de Rhode Island está empenhado no apoio a pais e a funcionários escolares no seu trabalho em parceria, em nome de crianças com deficiências. O objectivo da parceria pais-escola é garantir que uma educação pública grátis, e apropriada, está disponível para qualquer criança elegível de Rhode Island com uma deficiência, e que cada estudante termine com sucesso a sua educação primária e secundária e esteja preparado para ser bem sucedido no mundo pós-escola.

Enquanto membros da equipa, o desafio principal para os pais e funcionários escolares é convidar e considerar as diversas perspectivas, ideias, e experiências dos membros da equipa, e trabalhar em direcção a um acordo sobre a identificação, avaliação, e sobre o programa educacional individualizado (IEP) de educação especial e dos seus serviços relacionados, para cada estudante portador de deficiência. Isto requer um diálogo aberto e honesto, com facilitação feita pela equipa, assegurando que ideias diversas surjam e sejam consideradas, e que seja identificado uma base comum, que a equipa seja apoiada no seu trabalho em direcção a um acordo. Apesar de equipas de avaliação e equipas de IEP normalmente serem bem sucedidas quando deparadas com este desafio, existem ocasiões em que pais e departamentos escolares discordam, ou quando a prestação grátis de uma educação pública adequada é posta em questão.

Resolução Informal de Disputas

Quando pais e membros da equipa da escola discordam, ou no caso de a prestação grátis de uma educação pública adequada é posta em causa, é recomendada a resolução informal local como o primeiro passo na tentativa de resolução da disputa ou preocupação. Por exemplo, quando não se consegue chegar a um acordo numa reunião de equipa, pode ser útil reconvocar a equipa numa altura diferente, ou com um facilitador diferente, de maneira a reconsiderar perspectivas, possíveis soluções ou decisões. Solicitar uma reunião de revisão ao IEP para rever o quão adequado o programa é, ou a implementação da educação individual especializada e serviços relacionados, de um estudante em particular, é encorajado como sendo uma maneira apropriada de lidar com novas preocupações sobre a prestação de uma educação pública grátis e adequada, que podem ocorrer em qualquer altura. Levar assuntos sobre o edifício escolar à atenção dos administradores do nível distrital para estes assistirem à resolução de uma disputa, é uma outra estratégia para a resolução informal e local de disputas ou preocupações.

Consistente com a Lei de Educação de Indivíduos com Deficiências (IDEA), o Departamento de Educação de Rhode Island estabeleceu um sistema de devido processo legal que oferece opções e recursos para a resolução de preocupações ou divergências que surjam entre pais e departamentos escolares em matérias de educação especial. Enquanto fonte de informação, apoio, e resolução de disputas informais, o Gabinete de Apoio Estudantil, Comunitário e Académico opera um Centro de Atendimento (Call Center) de educação especial, disponível através de contacto telefónico. Os funcionários do Call Center estão empenhados em ajudar a

escola, pais, ou qualquer outra pessoa que telefone, a identificar formas de abordar assuntos que causem qualquer preocupação.

Mediação

Quando tentativas informais não são bem sucedidas no tratamento de divergências, um dos pais, ou um departamento escolar, poderá solicitar mediação de educação especial ao nível estadual. Estes serviços de mediação estão disponíveis para assistir pais e representantes escolares na resolução de disputas acerca da identificação, avaliação, educação especial e serviços relacionados, ou sobre a prestação de uma educação pública grátis e adequada a um estudante com uma deficiência. A participação na mediação é voluntária, e é isenta de custos; é um processo onde os pais e o departamento escolar concordam que uma terceira parte, designada pelo Departamento de Educação de Rhode Island, irá ajudá-los a comunicar efetivamente, a abordar os problemas identificados, e a chegar a um acordo. Um mediador estatal é uma pessoa com conhecimentos em assuntos de educação especial, e com experiência em processos de comunicação efetiva, e processos de resolução de problemas. O mediador serve como um facilitador imparcial, e não toma a decisão; o controlo sobre o acordo final é mantido nas mãos dos pais e do departamento escolar. Na maioria das mediações conduzidas, os participantes conseguem abordar os problemas que causavam preocupação, e chegar a um acordo com sucesso. Tais acordos, descritos por escrito, e assinados por ambas as partes, são juridicamente vinculativos. No caso de os participantes de uma sessão de mediação não conseguirem chegar a um acordo, o mediador não fará uma decisão por eles, e a sua participação não nega ou atrasa o direito de qualquer das partes usar outras medidas jurídicas, tal como uma audiência de conciliação.

Queixas Estatais Por Escrito sobre Educação Especial

Num caso em que a disputa não seja o problema principal, mas em que a prestação de uma educação pública grátis e apropriada seja posta em questão, um dos pais ou indivíduo preocupado com a educação de uma criança que sofra de uma deficiência, poderá apresentar uma queixa estatal escrita, alegando que uma agência de educação pública falhou em cumprir uma provisão da IDEA. O processo de queixa escrita estatal sobre educação especial está disponível para permitir que um indivíduo traga uma alegada violação da IDEA à atenção do Departamento de Educação de Rhode Island. Após o recebimento de uma queixa escrita estatal sobre educação especial, o Gabinete de Apoio Estudantil, Comunitário e Académico conduz uma investigação da queixa, e emite uma carta escrita com a conclusão em relação ao cumprimento da IDEA pela agência de educação pública em causa, e se aplicável, a ação corretiva necessária. As conclusões reflectem a decisão administrativa final do Departamento de Educação de Rhode Island.

Audiência Imparcial de Conciliação

No caso de ser necessário uma solução mais formal para resolver uma disputa, ou quando existe uma alegada violação em relação à identificação, avaliação, colocação educacional, ou à prestação de uma educação pública grátis e adequada à criança, uma agência pública ou um dos pais poderá solicitar uma Audiência de Processo Imparcial de Ensino Especial mediante a apresentação de um processo legal de queixa. Uma audiência de conciliação é um procedimento administrativo em que os pais e o departamento escolar apresentam os seus

respetivos casos a um auditor imparcial. Ao contrário de mediação, se as partes não chegarem a um acordo, o auditor faz uma decisão por ambas as partes, proferida em escrito. A decisão do auditor é final, a menos que seja pedido um recurso através de ação civil em tribunal distrital dos Estados Unidos ou tribunal estatal de jurisdição competente.

Quando um dos pais solicita uma audiência de conciliação sobre educação especial, o departamento escolar ou agência de educação local é responsável pela primeira tentativa de resolver o assunto através da convocação de uma reunião de resolução com os pais e membros relevantes ou equipa de IEP, a menos que os pais e o departamento escolar concordem, por escrito, em renunciar à reunião. Se o departamento escolar não resolveu o assunto de forma que os pais fiquem satisfeitos, a audiência imparcial de conciliação será agendada. Enquanto a audiência de conciliação estiver pendente, ambas as partes podem tentar resolver o assunto antes da audiência ou antes da decisão do auditor, se chegarem a um acordo ou consentimento, o qual será assinado pelo auditor.

O Departamento de Educação de Rhode Island mantém uma lista de auditores qualificados de audiências imparciais sobre educação especial que são nomeados e treinados pelo estado. Estes auditores são nomeados rotativamente para presidir sobre audiências de conciliação sobre matérias de educação especial .

Um dos pais ou agência pública que pretende obter uma audição imparcial de conciliação sobre educação especial (sobre uma queixa do devido processo) deverá apresentar um pedido escrito e fornecendo uma cópia da mesma à outra parte e ao Departamento de Educação de Rhode Island. Um formulário modelo para o preenchimento de tal pedido está incluído nestes procedimentos, e também no website do Departamento, ou por solicitação do Gabinete de Apoio Estudantil, Comunitário e Académico.

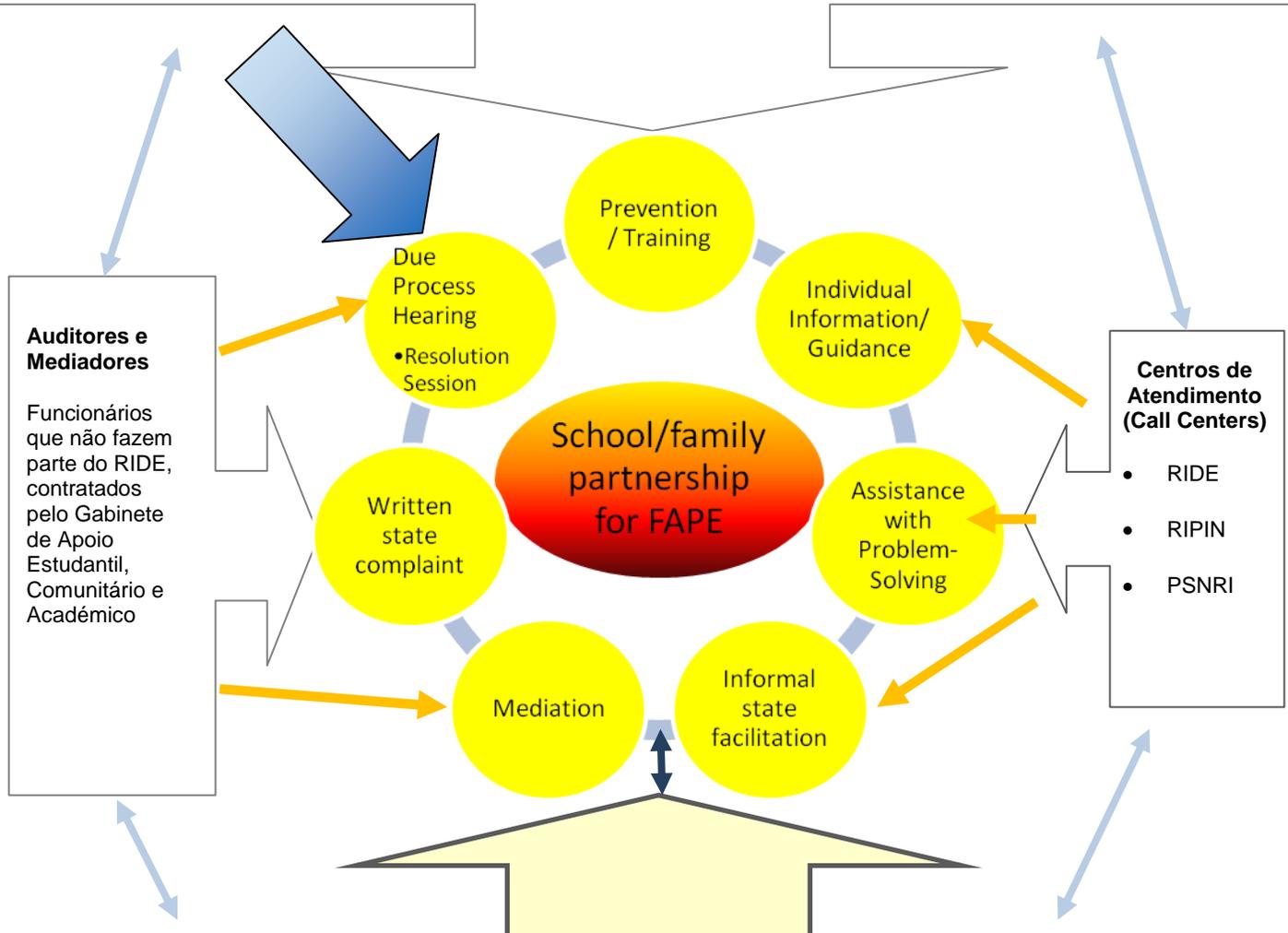
Consistente com a IDEA e com as *Regulações do Conselho de Regentes de Rhode Island para Educação Primária e Secundária que Governam a Educação de Crianças com Deficiências*, o Departamento de Educação de Rhode Island administra audiências de conciliação de acordo com os procedimentos descritos neste documento. Figura 1, *Audiências Imparciais de Reconciliação em Contexto*, retrata a forma como as audiências de conciliação encaixam no sistema de processo legal do Departamento de Educação de Rhode Island que fornece apoio à tomada de decisões partilhadas entre pais e escola, e promovendo a prevenção e resolução de disputas em matérias de educação especial.

Figura 1: Audiências Imparciais de Conciliação em Contexto

Departamento de Educação de Rhode Island (RIDE) Educação Especial Resolução de Disputas: Um Sistema de Melhoria Contínua

Formação e Desenvolvimento Profissional Contínuo:

- RIDE Parceria Família-Escola formação e medição: atividades de melhoria com indicador Plano de Desempenho Estatal (SPP) de 8;
- RIDE Orientação de competência linguística e cultural através de atividades de melhoramento com indicador SPP de 9 e 10;
- RIDE assistência técnica em transição secundária através de atividades com indicador SPP de 13;
- Parceria Família-Escola e formação e apoio de pais através de atividades do Centro Informação e Formação de Pais na Rede de Informação Parental de RI (RIPIN) e Rede de Apoio a Pais de RI (PSNRI)
- Formação do IEP através de contrato com o Projeto de Assistência Técnica de RI na Universidade de RI
- RIDE programas de formação para promover mediação, prevenção de disputas e tomadas de decisão por consenso



Gabinete de Apoio Estudantil, Comunitário e Acadêmico do Departamento de Educação de Rhode Island: Políticas, protocolos, orientação, prover de funcionários, formação e recursos para o sistema do processo/resolução de disputas

Especialista de Ensino
 Serviços Jurídicos
 Escritório Call Center
 Mediadores e Auditores
 Outros peritos quando necessário

Comentários de clientes, parceiros, e de partes interessadas

Melhorias profissionais e sistemáticos contínuos, através de comunidades de prática profissional e.g. CADRE, NERRC

A Audiência de Processo Imparcial de Ensino Especial Exigências Regulatórias

Uma Audiência de Processo Imparcial de Ensino Especial, é um processo administrativo no qual ambos, os pais e o departamento escolar, apresentam os seus respectivos casos a um auditor imparcial.

Se as partes não conseguem chegar a um acordo, o auditor tomará uma decisão por elas. Uma queixa apresentada sob §300.507 das *Regulações do Conselho de Regentes de Rhode Island para Educação Primária e Secundária que Governam a Educação de Crianças com Deficiências*, que justifique uma audiência imparcial de conciliação, difere de uma queixa estatal escrita sobre educação especial apresentada ao abrigo de §300.153, que é endereçada através de uma decisão escrita do Departamento de Educação de Rhode Island (RIDE) baseada em achados e conclusões da sua investigação.

Exigências Regulatórias

As exigências regulatórias de Rhode Island em relação a audiências imparciais de conciliação sobre educação especial/queixas e a apelos estão delineados em §§300.507-300.518 e §§300.532-300.536 das *Regulações do Conselho de Regentes de Rhode Island para Educação Primária e Secundária que Governam a Educação de Crianças com Deficiências* (que a partir de aqui também poderá ser referida, como Regulações dos Regentes)

Responsabilidade do Departamento de Educação de Rhode Island pelos Procedimentos

(Regulações dos Regentes §300.511)

Sempre que uma queixa é recebida ao abrigo de §300.507 ou §300.532, os pais ou a agência de educação local (LEA) envolvida na disputa, deve ter a oportunidade de uma audiência de reconciliação. A RIDE, sendo a agência que realiza tais audiências, é responsável por estabelecer, implementar, determinar a responsabilidade financeira, e desenvolver procedimentos para administrar um sistema de devido processo legal.

Pedido de uma Audiência de Processo Imparcial de Ensino Especial

(Regulações dos Regentes §300.507–514 e §300.532)

Ao contrário de uma queixa estatal escrita sobre educação especial, resultante numa investigação do RIDE, uma audiência imparcial de conciliação é uma oportunidade para o(s) pai(s) ou LEA endereçarem uma queixa através da apresentação formal de um testemunho, documentos comprovativos, e uma decisão formal por escrito de um auditor imparcial.

Um dos pais* ou LEA pode iniciar uma audiência de conciliação sobre educação especial sobre qualquer matéria relacionada com iniciar, alterar, ou recusar alterar ou iniciar, a identificação, avaliação, ou colocação educacional de uma criança com uma deficiência, ou a prestação de uma educação pública grátis e adequada (FAPE) à criança.

*pai: Definido como um pai biológico ou adoptivo da criança; um pai de acolhimento; um guardião autorizado a agir como pai da criança, ou a fazer decisões sobre a educação da criança, tal como um pai de ensino substituto; um indivíduo a agir na qualidade de pai biológico ou adoptivo (incluindo avô, padrasto, ou um outro familiar), com o qual a criança vive, ou um indivíduo que seja legalmente responsável pelo bem-estar da criança. Ver *Regulações do Conselho de Regentes de Rhode Island para Educação Primária e Secundária que Governam a Educação de Crianças com Deficiências*, Secção 300.30

O pedido de uma audiência baseado numa queixa, deve alegar uma violação ocorrida não mais de dois anos antes da data em que o queixoso soube, ou deveria ter sabido acerca da alegada ação. O período de dois anos não se aplica a um pai queixoso se o pai foi impedida de apresentar queixa devido a: (a) declarações incorrectas da LEA, em como resolveu o problema fundamental da queixa; ou (b) sonegar informação ao pai que foi exigida por essa parte.

A Regulação dos Regentes §300.507 requer que a agência pública informe o pai de qualquer serviço legal ou relevante, que seja grátis ou de baixo custo, disponível na área, se o pai solicitar tal informação ou quando o pai ou a agência solicitar uma audiência de conciliação com base numa queixa. Isto requer que ambos o RIDE assim como as LEAs forneçam tal informação a pais se forem solicitadas. Aquando da recepção de um pedido para uma audiência de conciliação de qualquer das partes, o RIDE irá remeter esta informação aos pais.

A audiência de conciliação é iniciada mediante a apresentação de um pedido por escrito no Gabinete de Apoio Estudantil, Comunitário e Académico do RIDE. Pais que solicitem uma audiência de conciliação devem fornecer uma cópia da sua queixa ao departamento escolar; do mesmo modo, um departamento escolar que solicite uma audiência, deve fornecer uma cópia da sua queixa ao(s) pai(s). Em todos os casos, uma cópia do pedido de audiência de conciliação /queixa deve ser remetido diretamente ao Departamento de Educação de Rhode Island.

Um pedido para uma audiência de conciliação sobre educação especial, deve conter, no mínimo:

- (1) O nome da criança;
- (2) O endereço da residência da criança;
- (3) O nome da escola onde a criança estuda;
- (4) Uma descrição da natureza do problema da criança relacionado com a proposta ou iniciação recusada ou mudança, incluindo factos relacionados com o problema; e
- (5) Uma proposta de resolução do problema conhecido e disponível aos pais naquela altura.

No caso de ser uma criança ou jovem sem abrigo, o pedido deverá também incluir informação de contacto da criança.

Formulário Modelo

(Regulações dos Regentes §300.509)

De modo a fornecer assistência a pais e agências pública que apresentem um pedido para uma Audiência de Processo Imparcial de Ensino Especial, o RIDE fornece um formulário modelo que inclui a informação necessária, previamente delineada, assim como outra informação útil. O Apêndice B destes procedimentos ilustra o formulário modelo, que também está disponível em três línguas no website do Departamento de Educação em:

http://www.ride.ri.gov/OSCAS/Dispute_resolution/ ou por chamada telefónica para o Gabinete de Apoio Estudantil, Comunitário e Académico do RIDE.

Resposta a um Pedido de Audiência de Conciliação/Queixa

(Regulações dos Regentes §§300.504, 300.507, 300.508, e 300.510)

Em resposta a uma queixa de um pai, a LEA deve:

- Informar os pais de qualquer serviço legal ou relevante, grátis ou de baixo custo, que estejam disponíveis na região;
- quando o pedido dos pais para uma audiência de conciliação é a primeira queixa do ano escolar, fornecer uma cópia das salvaguardas processuais disponíveis aos pais;
- se a agência ainda não enviou um aviso por escrito ao pai em relação ao assunto de que trata a queixa do pai, enviar, dentro de 10 dias, uma resposta que inclua:
 - (a) uma explicação do razão de ter proposto ou recusado tomar as medidas propostas na queixa;
 - (b) uma descrição de outras opções que a equipa do IEP considerou e as razões pelas quais essas opções foram rejeitadas; e
 - (c) uma descrição de cada processo de avaliação, apreciação, registo, ou relatório que a agência usou como base para a ação proposta ou recusada; e
 - (d) uma descrição de outros factores que sejam relevantes à ação proposta ou recusada pela agência; e
- implementar um processo de resolução, como descrito em baixo.

Processo de Resolução

(Regulações dos Regentes §300.510)

No prazo de 15 dias do recebimento do aviso da queixa dos pais, a LEA deve convocar uma reunião com o pai e membro(s) relevante(s) da equipa da LEA que possuam conhecimento específico dos factos identificados na queixa. Os membros relevantes da equipa do IEP que devem participar na reunião são designados pelo pai e pelo departamento escolar.

A reunião de resolução deverá incluir um representante da LEA que possui autoridade para fazer decisões em prol da agência. A reunião de resolução não deverá incluir um advogado do departamento escolar, a menos que o pai seja também acompanhado por um advogado.

O objetivo desta reunião é para que o(s) pai(s) possam discutir a queixa, incluindo os factos que formam a base da queixa, para que a LEA tenha a oportunidade de resolver a disputa em qual a queixa se baseie.

Alcançar um Acordo através do Processo de Resolução

Se a resolução da disputa é alcançada através da reunião de resolução, as partes devem criar um acordo legalmente vinculativo que seja:

- assinado pelo pai e pelo representante da agência pública com autoridade para vincular a agência e

- exequível em qualquer tribunal estatal cuja jurisdição lhe compete, ou em Tribunal Distrital dos Estados Unidos.

Período de revisão de 3 dias: Qualquer parte do acordo tem o direito de anular o acordo até 3 dias úteis após a sua realização.

Não é necessário que a reunião de resolução seja feita caso:

- ambos o pai e a LEA concordem, por escrito, renunciar à reunião; ou
- ambos o pai e a LEA concordem usar o processo estatal de mediação sobre educação especial.

Modo de procedimento da Audiência Imparcial de Conciliação

Caso a LEA não tenha resolvido a queixa de modo satisfatório ao pai dentro de 30 dias após ter recebido a queixa, a audiência de conciliação poderá proceder, a não ser que as partes estejam envolvidas em mediação e tenham concordado, por escrito, continuar a mediação ao fim do período de 30 dias.

Cronologias e Conveniência das Audiências

(Regulações dos Regentes §300.515)

Cada audiência deverá ser realizada numa data e em um local que seja razoavelmente conveniente aos pais e criança envolvidos.

Aquando do recebimento de um pedido para uma audiência de conciliação por parte do Departamento de Educação de Rhode Island, com base numa queixa a decisão final do auditor deverá ser alcançada na audiência, e uma cópia da decisão enviada a cada uma das partes no prazo de 45 dias de calendário precedido do período de resolução de 30 dias, a não ser que este período de 45 dias seja ajustado com base no processo de resolução ou mediação.

O período de 45 dias para a audiência começa no dia após um dos seguintes eventos:

- ambas as partes concordam, por escrito, renunciar à reunião de resolução;
- ambas as partes concordam, por escrito, antes do final do período de 30 dias que, após tentativa de uma reunião de resolução ou mediação, não é possível chegar a acordo; ou
- o pai ou a agência pública retire-se da mediação após ter iniciado, e ter concordado, por escrito, continuar a mediação até ao final do período de resolução de 30 dias.

O auditor poderá conceder extensões específicas para aumentar o período para além de 45 dias mediante o pedido de qualquer das partes.

Direitos de Audiência

(Regulações dos Regentes §300.512 e §300.532)

Qualquer parte de uma Audiência de Processo Imparcial de Ensino Especial ou um apelante ao abrigo de §300.532 tem o direito de—

- (1) Ser acompanhado e aconselhado por um advogado e acompanhado por indivíduos com conhecimento ou formação especial em relação a problemas de crianças com deficiências;
- (2) Apresentar indícios e confrontar, fazer examinação cruzada, e assegurar a presença de testemunhas;

- (3) Proibir a apresentação de qualquer indício na audiência que não tenha sido apresentada pelo menos 5 dias úteis prévios à audiência, ou, em casos de audiências expedita, 2 dias antes.
- (4) Obter um relatório escrito, ou, por opção dos pais, eletrônico, relatório verbatim da audiência; e
- (5) Obter pareceres ou decisões, por escrito, ou, por opção dos pais, eletrônico.

Divulgação de informação adicional

- (1) Pelo menos 5 dias úteis antes da audição de conciliação, cada parte deverá divulgar a todas as outras partes todas as avaliações completas até aquela data, e recomendações baseadas nas avaliações da parte que as oferece, que a parte faz tenção de usar na audição.
- (2) Um auditor pode barrar qualquer parte que não cumpra com os requisitos de divulgação precedentes de introduzir a avaliação ou recomendação relevante na audiência sem o consentimento da outra parte.

Direitos dos Pais em Audiências

Aos pais envolvidos em audiências deverão ser dados os seguintes direitos:

- Ter a criança que é o sujeito da audiência presente;
- abrir a audiência ao público; e
- receber o relatório da audiência e as conclusões e decisões, sem qualquer custo para os pais.

Autoridade do Auditor em relação a Providências Cautelares

Enquanto uma matéria de audiência de conciliação está a ser ouvida, e a decisão final pendente, um auditor tem o poder e autoridade para emitir providências cautelares como ele ou ela julgar serem necessárias e apropriadas para garantir que a criança recebe uma educação de acordo com as leis e regulações estatais e federais aplicáveis.

Audiências De Conciliação Sobre Educação Especial Expeditas

(Regulações dos Regentes §§300.530-300.532)

O pai de uma criança com uma deficiência que discorde de uma decisão em relação aos procedimentos de colocação sob disciplina, ou com a manifestação da determinação da equipa de IEP em relação à sua criança, ou o departamento escolar que acredite que a colocação de uma criança provavelmente resulte em prejuízo para a criança ou outros, poderá também solicitar uma audiência de conciliação para apelar da decisão.

Audiências de conciliação solicitadas para abordar tais apelos de colocação disciplinares são expeditas segundo as seguintes cronologias:

- Dentro de 7 dias após o recebimento do aviso, o departamento escolar deverá convocar uma reunião de resolução, a menos que os pais e o departamento escolar concordem, por escrito, em renunciar à reunião de resolução, ou usar mediação estatal;
- No prazo de 10 dias úteis após o recebimento do aviso por parte do RIDE, o auditor deverá agendar a audiência e proferir uma decisão, a não ser que a matéria já tenha sido resolvida de modo satisfatório para ambas as partes, exceto quando o auditor poderá conceder uma extensão que não deverá ultrapassar 45 dias após o recebimento do aviso por parte do RIDE.

Autoridade do Auditor numa Audiência de Conciliação Expedita

Um auditor que ouça um apelo de uma decisão de colocação disciplinar em relação a uma criança com uma deficiência, tem autoridade para:

- retornar a criança à colocação da qual esta foi removida, se o auditor determinar que a remoção foi uma violação da Secção 300.530 provisões da autoridade de funcionários escolares em relação à mudança/remoção de colocação ou determine que o comportamento da criança era uma manifestação da deficiência da mesma; ou
- ordenar uma mudança à colocação da criança para um ambiente educacional apropriado alternativo ou temporário por um prazo máximo de 45 dias, se o auditor determinar que manter a colocação da criança substancialmente resultaria em prejuízo para a criança, ou outros.

Caráter Definitivo da Decisão; Apelo

(Regulações dos Regentes §300.514)

Uma decisão feita numa audiência de conciliação sobre educação especial é final, exceto que qualquer parte envolvida apele da decisão através de processo civil em Tribunal Distrital dos Estados Unidos ou Tribunal Estatal, cuja jurisdição lhe compete.

Processo Civil

(Regulações dos Regentes §300.516)

Qualquer parte lesada pelo parecer e pela decisão feita por um auditor tem o direito de utilizar o processo civil em relação à queixa. A ação poderá ser levada a qualquer tribunal Estatal cuja jurisdição lhe compete, ou a um Tribunal Distrital dos Estados Unidos sem qualquer consideração pelo montante em controvérsia.

Prazo para apelar

O Tribunal de Justiça de Primeira Instância dos Estados Unidos estabeleceu um prazo de trinta (30) dias após o recebimento da decisão feita na audiência em que seja possível apelar a uma decisão da audiência de conciliação do Tribunal Distrital do Distrito de Rhode Island.

Requisitos adicionais

Em qualquer processo civil interposto ao abrigo do parágrafo (a) desta secção, o tribunal:

- recebe os registos dos procedimentos administrativos;
- ouve indícios adicionais mediante solicitação de uma parte;
- baseia a sua decisão na preponderância das provas, confere o alívio que o tribunal determina ser apropriado.

Jurisdição de tribunais distritais

Os tribunais distritais dos Estados Unidos possuem jurisdição sobre ações interpostas ao abrigo de §615 da IDEA, sem levar em conta o montante em controvérsia.

Regra de construção

Nada nesta parte restringe ou limita os direitos, procedimentos e remédios disponíveis ao abrigo da Constituição, da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência de 1990, do Título V da Lei de Reabilitação de 1973, ou outras leis Federais que protegem os direitos de crianças com deficiências, exceto que anteriormente da apresentação de um processo civil ao abrigo destas

leis que procure alívio que também esteja disponível ao abrigo de §615 da IDEA , os procedimentos ao abrigo das Regulações dos Regentes §300.507 e §300.516 devem ser exaustos na mesma medida necessária caso a ação fosse apresentada ao abrigo da IDEA §615.

Qualificações de Auditores responsáveis por Audiências Imparciais de Conciliação sobre Educação Especial

(Regulações dos Regentes 300.511)

Para ser elegível pelo RIDE como um auditor responsável por audiências imparciais de conciliação sobre matérias relacionadas com a educação especial de estudantes com deficiências, um indivíduo deve, no mínimo:

- (1) Não ser um funcionário do Departamento de Educação de Rhode Island ou da agência de educação local envolvida no cuidado e educação da criança;
- (2) Não ser uma pessoa com um interesse pessoal ou profissional que possa causar conflito com a sua objetividade na audiência;
- (3) Possuir conhecimentos de, e capacidade de compreender, as provisões da IDEA, regulações Estatais e Federais relacionadas com a IDEA, e interpretações legais da Lei por tribunais Federais e Estatais; e
- (4) Possuir conhecimentos e capacidade de realizar audiências de acordo com as normas legais apropriadas.

Um indivíduo, que de outro modo, seja qualificado para realizar uma audiência como acima delineada, não deverá ser considerado um funcionário da agência, somente por ser pago pela agência para servir como auditor.

Lista de Auditores Qualificados Mantida pelo Departamento de Educação de Rhode Island

O RIDE mantém uma lista de indivíduos que servem como auditores responsáveis por audiências imparciais de conciliação sobre educação especial.

Audiências Imparciais de Conciliação: Procedimentos do Departamento de Educação de Rhode Island

Auditores responsáveis por Audiências Imparciais de Conciliação

Em adição às qualificações mínimas para auditores estabelecidas pelas Regulações dos Regentes §300.511, o RIDE requer que auditores responsáveis por audiências imparciais de conciliação:

- (1) Não tenham sido empregados por, ou servido como agente de, uma agência de educação local de Rhode Island, escola pública, ou escola de educação especial não pública, durante o período de dois anos precedentes à nomeação como auditor responsável por audiências imparciais de conciliação sobre educação especial;
- (2) Não tenham sido empregados do Departamento de Educação de Rhode Island;
- (3) Participem em programas de formação periodicamente actualizados agendados pelo Departamento de Educação de Rhode Island; e
- (4) Realizem audiências de conciliação dentro dos prazos regulamentares, exceto quando uma prorrogação do prazo é concedida mediante pedido de uma das partes.

A lista de indivíduos qualificados para servir com auditores responsáveis por audiências de conciliação é mantida pelo Gabinete de Apoio Estudantil, Comunitário e Acadêmico (OSCAS).

O RIDE poderá remover um indivíduo da sua lista de auditores qualificados por justa causa, determinada pelo RIDE. Caso necessário para tal remoção seja justificada, o RIDE informará o indivíduo acerca da causa da remoção, e ser-lhe-á dada uma oportunidade para ser ouvido.

Solicitação de uma Audiência de Processo Imparcial

Para iniciar uma audiência de processo imparcial, ou pai ou agência de educação local deve apresentar ao OSCAS do RIDE, assim como à outra parte, um pedido por escrito e assinado, com base em um processo queixa ao abrigo das Regulações dos Regentes §300.507, ou um apelo de colocação disciplinaria ao abrigo de §300.532. O formulário modelo incluído no Apêndice B ilustra informação requerida e útil de ser incluída numa solicitação de audiência de processo imparcial. Este formulário, *Formulário Modelo para Pais/Tutores ou Entidades Públicas na Solicitação de Audiência de Processo Imparcial de Ensino Especial*, está disponível em três línguas no website do Departamento em www.ride.ri.gov ou por chamada telefônica ao OSCAS do RIDE.

Apesar de toda a informação necessária para o preenchimento de um processo queixa ter de ser incluída, usar o formulário modelo propriamente dito não é necessário. Solicitações por parte dos pais para uma audiência de processo imparcial recebidas por uma agência de educação local devem ser imediatamente reencaminhadas para o OSCAS.

Nomeação de Auditor de Audiências de Processo Imparcial

Em matérias que envolvam processos queixa sobre ensino especial, o RIDE nomeia, rotativamente, um auditor da sua lista de indivíduos que servem como auditores de audiências de processo imparcial de ensino especial. Ao fazer esta nomeação, o RIDE considera a disponibilidade do indivíduo, e quaisquer possíveis conflitos de interesse.

Solicitações de Audiências de Processo Imparcial por parte dos Pais

Solicitações dos Pais: Procedimento do RIDE

Após o recebimento da solicitação de um pai para uma audiência de processo imparcial baseada num processo queixa, o OSCAS do RIDE monitorizará o processo de resolução implementado pelo departamento escolar. No caso de o processo de resolução resultar num acordo escrito que resolva a matéria, com o acordo documentado e reencaminha para o RIDE, a matéria de processo imparcial será terminada.

Caso o período de resolução expire sem qualquer resolução, o RIDE nomeará um auditor consistente com estes procedimentos. Tal nomeação será feita antecipadamente, se ambas as partes indicarem, sem demora, ao RIDE que o processo de resolução foi concluído sem o acordo antes do término do período de resolução.

Após o recebimento da solicitação de audiência de processo imparcial por parte do(s) pai(s), o OSCAS do RIDE irá:

- (1) Reencaminhar uma cópia do processo queixa/solicitação de audiência de processo imparcial para todas as partes, assim como um Formulário de Relatório de Reunião de Resolução para o departamento escolar comunicar atempadamente com o OSCAS em relação ao estado da reunião de resolução e em relação ao processo de resolução; e
- (2) Enviar cópias dos seguintes documentos ao(s) pai(s):
 - Carta de apresentação que reconhece o processo dos pais para uma audiência de resolução informal de disputas
 - *Informações de recursos: Links para serviços legais grátis ou de baixo custo relativos aos assuntos de ensino especial.*
 - *Brochura: Opções e recursos: Opções e recursos informais e formais para a resolução de disputas relativas ao ensino especial de Rhode Island*
 - *Formulário modelo de notificação das salvaguardas processuais de Rhode Island*
 - *Regulações do Conselho do Regentes de Rhode Island para Educação Primária e Secundária que Governam a Educação de Crianças com Deficiências; e*

Este período de resolução expira no 30º dia de calendário após o RIDE receber a solicitação de audiência de processo imparcial, a menos que este período se conclua numa data prévia ou posterior estabelecida pela ocorrência de um dos seguintes eventos:

- ambas as partes concordem, por escrito, em renunciar à reunião de resolução; ou
- ambas as partes concordem, por escrito, antes do final do período de 30 dias que não foi possível chegar a acordo, mesmo depois da tentativa de reunião de resolução ou mediação; ou
- o pai ou entidade pública retira-se da mediação após ter iniciado mediação estatal e ter concordado, por escrito, em continuar a mediação até ao final do período de resolução de 30 dias.

Mediante o vencimento do período de resolução de 30 dias, exceto se este for ajustado para um período mais longo ou curto baseado no processo de resolução, como acima delineado, a audiência de processo imparcial poderá prosseguir, e será iniciado o prazo de 45 dias. O OSCAS do RIDE nomeará um auditor e reencaminhará uma cópia da carta de nomeação a todas as partes envolvidas na audiência.

Solicitação dos Pais: Procedimento do Departamento Escolar

Mediante recebimento de aviso que um pai apresentou um processo queixa a solicitar uma audiência de processo imparcial, o departamento escolar ou agência de ensino local deverá:

- implementar as obrigações regulatórias aplicáveis ao pai, de acordo com as Regulações dos Regentes §§300.504, 300.507, 300.508, e 300.510, em relação à informação legal grátis e de baixo custo, provisão de salvaguardas processuais, aviso prévio e outras descrições;
- implementar, prontamente, um processo de resolução de acordo com as Regulações dos Regentes 300.510, aqui descritas;
- Informar o OSCAS do RIDE em relação à situação da reunião de resolução, e fornecer aviso imediato, dentro de um dia útil, ao OSCAS do RIDE da conclusão do processo de resolução; e

- reencaminhar o Formulário de Relatório de Reunião de Resolução e acordos escritos e assinados, consoante o caso, ao OSCAS do RIDE no período de 3 dias úteis após a data de conclusão do processo de resolução.

Solicitação de Audiência de Processo Imparcial por Departamentos Escolares / LEAs

Solicitação feita por uma LEA: Procedimento do RIDE

Mediante recebimento de uma solicitação feita por um departamento escolar ou agência de educação local para uma audiência de processo imparcial baseado num processo queixa, o OSCAS do RIDE nomeará um auditor para estes procedimentos e:

- (1) Reencaminhará uma cópia da carta de nomeação e do processo queixa/solicitação de audiência de processo imparcial a todas as partes;
- (2) Enviar cópias dos seguintes documentos ao(s) pai(s):
 - Carta de apresentação que notifica aos pais sobre o processo do departamento escolar para uma audiência de processo imparcial
 - *Informações de recursos: Links para serviços legais grátis ou de baixo custo relativos aos assuntos de ensino especial.*
 - *Brochura: Opções e recursos: Opções e recursos informais e formais para a resolução de disputas relativas ao ensino especial de Rhode Island*
 - *Formulário modelo de notificação das salvaguardas processuais de Rhode Island*
 - *Regulações do Conselho do Regentes de Rhode Island para Educação Primária e Secundária que Governam a Educação de Crianças com Deficiências*

Solicitações da LEA: Procedimento do Departamento Escolar

Mediante apresentação de um processo queixa que solicite uma audiência de processo imparcial com o RIDE, o departamento escolar ou agência de ensino local deverá:

- Reencaminhar uma cópia do processo queixa/solicitação de audiência de processo imparcial ao(s) pai(s) ; e
- implementar obrigações regulatórias aplicáveis ao(s) pai(s), de acordo com as Regulações dos Regentes §§300.504, 300.507, 300.508, e 300.510, em relação a informação legal grátis e de baixo custo, provisão de salvaguardas processuais, aviso prévio e outras descrições.

Agenda de Audiência e Responsabilidades de Comunicações

O departamento escolar é responsável por gerir o processo de resolução e comunicar o estado do processo de resolução ao OSCAS do RIDE. Assim que nomeado, o auditor é responsável por agendar a audiência numa data e local que seja razoavelmente convenientes para o(s) pai(s) da criança envolvida, e pela adesão ao período de 45 dias para uma decisão final, e enviar uma cópia da decisão a todas as partes. O auditor também está autorizado a garantir extensões do prazo, mediante o pedido de qualquer das partes.

Conferência preliminar

Assim que o período de 45 dias seja iniciado, o auditor poderá agendar uma conferência preliminar antes da data da audiência de processo imparcial ser definida. O propósito desta conferência preliminar é identificar os problemas e fornecer outra oportunidade às partes para discutirem possíveis resoluções das suas diferenças, e confirmar a(s) data(s) de audiência.

Natureza da Audiência de Processo Imparcial

A audiência, propriamente dita, é um procedimento administrativo, de natureza parajudicial. A audiência é fechada ao público, salvo se o pai solicitar uma audiência aberta. O pai tem o direito de determinar se o estudante irá participar na audiência.

A audiência é realizada por um auditor que deve ouvir o depoimento das testemunhas, examinar provas, fazer a pronúncia sobre quaisquer moções levantadas, e tomar a decisão final, por escrito, com base nos factos estabelecidos na audiência. O auditor está autorizado a administrar juramentos e emitir intimações em relação ao procedimento administrativo. Será dada a oportunidade às partes de apresentar testemunhas e provas, contra interrogar testemunhas, contestar e refutar provas apresentadas pela oposição. Uma transcrição da audiência será feita por um estenógrafo, e estará disponível a todas as partes. A decisão final do auditor poderá conter ordens específicas que requeiram ação de uma ou ambas as partes presentes na audiência.

Caso exista acordo entre as partes, a necessidade para uma decisão final escrita pelo auditor será eliminada.

Custos da Audiência

Após o início de uma audiência, o RIDE fornecerá informação sobre serviços legais grátis e de baixo custo ao(s) pai(s). A decisão de ser representado ou aconselhado por um consultor jurídico é deixada ao critério de cada uma das partes.

Cada parte representada por consultor jurídico é responsável pelos custos relacionados com os honorários dos seus respectivos advogados.

O relatório da audiência, assim como as apreciações de facto, e a decisão devem ser fornecidos sem qualquer custo para o pai. A agência de educação local é responsável por fornecer um relatório da audiência aos pais, e pelo pagamento da fatura do auditor, calculada através de uma taxa horária estabelecida pelo Departamento de Educação de Rhode Island. Caso haja necessidade de utilizar intérpretes para permitir ao(s) pai(s) terem acesso à audiência, o custo de tais intérpretes será incorrido pela LEA.

Assuntos relacionados com a concessão de honorários razoáveis a advogados pertencem ao âmbito da ação civil apresentada, por qualquer das partes, em tribunal Estatal cuja jurisdição lhe compete, ou em tribunal distrital dos Estados Unidos, subsequentemente a uma audiência.

Direitos de Audiência incluem:

- O direito de ser representado por assessor jurídico..
- O direito de ser acompanhado por um advogado e/ou pessoas com conhecimento ou formação especial em relação a problemas de crianças portadoras de deficiência.
- O direito de receber informação sobre serviços legais grátis ou de baixo custo.
- O direito de ter um auditor imparcial (alguém não empregado pela distrito escolar e que esteja familiarizado com as provisões e regulações referentes à IDEA e qualificado)
- O direito de ter conhecimento completo de todas as provas que serão utilizadas na audiência (e.g. avaliações e recomendações), pelo menos 5 dias úteis antes da mesma.
- O direito de prevenir a apresentação em audiência de provas que não tenham sido divulgadas pelo menos 5 dias úteis antes da audiência.
- O direito de apresentar provas e confrontar, contra-interrogar, e exigir o comparecimento de testemunhas.
- O direito de fazer com que a audiência passe a ser pública (se solicitado pelos pai(s))
- O direito de receber os factos e a decisão do auditor por escrito, ou, por opção dos pais, eletronicamente, no prazo de 45 dias úteis seguidos de um período de resolução de 30 dias, a não ser que este período de 45 dias seja ajustado para começar a seguir a data em que:
 - o ambas as partes concordam por escrito renunciar à reunião de resolução; ou
 - o ambas as partes concordam por escrito que, não é possível chegar a acordo mesmo após a reunião de resolução ou mediação; ou
 - o o pai ou entidade pública retira-se do processo de resolução ou mediação, após ter continuado esse processo, baseado no acordo escrito, para além do período de resolução de 30 dias.
- O direito a um relato integral escrito, ou, por opção dos pais, eletrónico, da audiência.
- O direito parental de solicitar o reembolso dos honorários de advogado, em tribunal estatal ou federal, se a decisão for a favor dos pais.
- O direito de apelar a decisão feita na audiência através de ação civil em tribunal estatal de jurisdição competente, ou em tribunal distrital dos Estados Unidos.

Apêndice A

Perguntas e Respostas

Relacionadas com Audiências de Processo Imparcial

Em Matérias que Envolvam Estudantes do Ensino Especial Portadores de Deficiências

1. Como iniciar uma audiência de processo imparcial?

O pai ou agência de educação local pode iniciar uma audiência através da apresentação de um pedido por escrito, assinado, ao Gabinete de Apoio Estudantil, Comunitário e Acadêmico do Departamento de Educação de Rhode Island, que inclua a informação indicada no formulário modelo fornecido no Apêndice B. Apesar do formulário conter tanto informação necessária quanto informação útil, e ser recomendado, utilizar o formulário propriamente dito não é necessário. Simultaneamente, ao fazer o seu pedido, o requerente deverá fornecer uma cópia do pedido à outra parte.

2. O que acontece após a solicitação de uma audiência?

Mediante recebimento de um pedido válido de um departamento escolar/agência de educação local para uma audiência com base num processo queixa, o Departamento de Educação de Rhode Island nomeia um auditor a partir de uma lista de auditores de audiências de processo imparcial qualificados. Mediante recebimento de um pedido válido de um pai para uma audiência de processo imparcial, o departamento escolar local é responsável por agendar a sessão de resolução e reportar o estado e conclusão do processo de resolução ao Departamento de Educação de Rhode Island. Caso o pai e o departamento escolar resolvam a matéria durante a sessão de resolução, o acordo de resolução por escrito e formulário de relatório são prontamente enviados ao Departamento de Educação de Rhode Island, e o processo encerrado.

Quando o pai ou departamento escolar concordam, por escrito, em renunciar à reunião de resolução, ou não resolverem a matéria através do processo de resolução, o Departamento de Educação de Rhode Island nomeia um auditor e a audiência poderá prosseguir. O auditor agenda a audiência e quaisquer reuniões preliminares e preside ao processo de audiência até a sua conclusão, através de um acordo ou através de uma decisão escrita. O auditor envia o acordo assinado ou decisão escrita a cada uma das partes e ao Departamento de Educação de Rhode Island.

3. Onde é que as audiências são realizadas?

Uma audiência deve ser realizada num local e data que sejam razoavelmente convenientes para os pais e aluno envolvido. A localização específica é decidida pelo auditor, após consulta com o pai e com o departamento escolar. Normalmente, a audiência tem lugar na escola, edifício do departamento escolar, ou no gabinete do auditor. Outros locais aceitáveis às partes podem ser utilizados, tendo confidencialidade em consideração.

4. O que acontece caso as partes não consigam chegar a acordo em relação à hora ou local para a audiência?

O auditor tem a autoridade para definir datas e locais das audiências. O auditor imparcial tentará agendar a audiência numa hora e local que seja razoavelmente convenientes para todas as partes. Quando as partes não chegam a acordo em relação à hora ou local da audiência, o auditor deverá determinar uma hora e local, que poderá incluir fins-de-semana e/ou noites, para garantir que a audiência prossiga dentro dos prazos necessários.

5. O departamento escolar e os pais devem ter advogados para os representarem durante uma audiência?

Não. Cada parte pode decidir se quer ser representado por um consultor jurídico, mas representação legal não é um requisito da audiência. Informação sobre serviços legais grátis e de baixo custo está disponível no Gabinete de Apoio Estudantil, Comunitário e Académico do RIDE.

6. Sob quais circunstâncias pode o auditor imparcial comunicar com uma das partes sem a outra parte estar presente?

Nenhuma comunicação desse tipo pode ocorrer em relação aos assuntos da audiência. Um auditor poderá discutir arranjos com uma ou mais partes, tal como a data e hora da audiência, o local da audiência, necessidade de intérpretes, ou outras matérias logísticas. No entanto, um auditor imparcial deve evitar comunicar com qualquer parte ou representante dessa parte acerca de um assunto ou lei relacionado com a audiência, exceto mediante aviso com oportunidade de todas as partes participarem.

7. Qual é o papel desempenhado pelo auditor numa audiência de processo imparcial?

O auditor imparcial é responsável pela realização da audiência de maneira a permitir que cada parte apresente o seu caso. Durante a audiência, o auditor poderá falar "*off the record*", ou convocar um intervalo para relembrar a parte ou advogado a representar a parte de que a audiência deve ser realizada de forma respeitosa e ordeira. O auditor deve manter sempre o controlo da audiência, e deverá tomar as acções apropriadas para manter esse controlo.

8. O que é que significam os termos "on the record" e "off the record"?

Todas as audiências de processo imparcial devem ser gravadas, ora por um estenógrafo ou através de gravação eletrónica. Durante a audiência, é estabelecida uma gravação. Um auditor poderá referir-se a uma matéria como estando "*on the record*" para indicar que a matéria foi lidada apropriadamente como parte da gravação oficial. O termo "*off the record*" refere-se à conduta ou comentários que não são feitos como parte da gravação oficial.

9. O que quer dizer "audiência pública"?

Um pai pode pedir que a audiência imparcial seja aberta ao público. Uma "audiência pública" significa que o pai escolheu que a audiência fosse aberta ao público.

10. Qual é a autoridade do auditor em relação à emissão de intimações e em relação à administração de juramentos?

Um auditor está autorizado a emitir intimações para o comparecimento de uma testemunha e para administrar juramentos. O requerente de tal intimação poderá procurar execução judicial da mesma.

11. Se uma das partes compelir o comparecimento de uma testemunha especializada, quem é responsável pelos custos associados com o comparecimento dessa testemunha?

O requerente é responsável pelos custos associados com o comparecimento de tal testemunha. Um distrito escolar disponibiliza os seus funcionários atuais como testemunhas sem qualquer custo para o pai.

12. Quanto tempo demora o processo de audiência de processo imparcial?

Assim que o pedido de audiência for apresentado, a audiência deve ser concluída, com uma decisão final, num período de 45 dias após o pedido de um distrito escolar, ou, se a audiência for solicitada pelos pais, após 45

dias, precedidos por um período de resolução de 30 dias. O início do período de 45 dias após o período de resolução é ajustado, quando aplicável, pela data em que:

- ambas as partes concordam por escrito em renunciar à reunião de resolução; ou
- ambas as partes concordam por escrito, que não foi possível chegar a acordo após tentativa de mediação; ou
- o pai ou entidade pública retira-se do processo de resolução ou mediação após ter continuado esse processo, com base em acordo escrito, para além do período de resolução de 30 dias.

No caso de audiência expedita, a sessão de resolução deve ser convocada pelo departamento escolar dentro de 7 dias após o recebimento de aviso do pedido dos pais, e a decisão feita na audiência deve ser proferida em 10 dias após o pedido.

O auditor pode conceder extensões para além deste períodos, a pedido de uma das partes.

13. Quais são alguns exemplos de razões apropriadas para um auditor conceder uma extensão a uma audiência?

Quando solicitado por uma das partes, o auditor poderá conceder uma extensão ao período de tempo necessário, para dar tempo para ações tais como:

- dar tempo adicional para que uma avaliação ou avaliação independente seja completada; ou
- permitir que uma testemunha compareça numa data posterior; ou
- dar oportunidade a um pai, que não tenha recebido acesso a registos escolares, de exercer o seu direito de aceder a tais registos antes da audiência.

14. O auditor pode limitar o número de testemunhas a depor durante uma audiência de processo imparcial?

Sim. A limitação do número de testemunhas a fornecer depoimentos fica ao critério do auditor para garantir que a decisão é alcançada dentro do prazo. Esta discricção deve ser exercida no interesse da justiça, consistente com os direitos das partes. Um auditor pode limitar o número de testemunhas, se, por exemplo, o auditor determinar que o depoimento de testemunhas adicionais é irrelevante ou iria duplicar provas previamente apresentadas, e, logo, atrasar desnecessariamente uma decisão atempada sobre o caso. Um auditor pode receber um testemunho diretamente, em vez de ouvir o depoimento durante a audiência.

15. O que acontece se mediação estatal é solicitada após o início do processo de audiência?

Se, após um pedido de audiência imparcial ter sido recebido, os pais e o distrito escolar procurarem mediação estatal para resolver a disputa que é o assunto da audiência, o prazo da audiência imparcial deve continuar enquanto a mediação é realizada, a menos que o pedido de audiência imparcial seja retirado.

O uso de mediação não nega o direito parental a uma audiência de processo imparcial. No entanto, uma parte poderá solicitar uma extensão do período de audiência imparcial ao auditor, de maneira a prosseguir com a mediação.

16. O que acontece à colocação de ensino da criança durante o procedimento de audiência de processo imparcial?

O estudante deve permanecer na sua colocação atual, a não ser que o pai e o departamento escolar concordem em contrário. Uma exceção a esta regra é aplicável em matérias descritas na Questão 18, envolvendo armas, drogas ilegais / substâncias controladas, lesões corporais graves, que permite que o departamento escolar coloque o estudante numa colocação alternativa provisória.

17. O que acontece quando os pais e a agência de educação local discordam acerca da colocação atual (última acordada) do aluno a ser mantida enquanto se aguarda a audiência?

Qualquer uma das partes pode submeter um pedido por escrito ao Comissário de Educação Primária e Secundária para uma ordem provisória para determinar qual a colocação que reflete a última colocação educacional concordada para propósitos de "stay put" (ficar parado).

18. Sobre quais circunstâncias pode o departamento escolar colocar provisoriamente um estudante num ambiente educacional alternativo ?

O departamento escolar pode colocar provisoriamente um estudante num ambiente educacional alternativo por um máximo de quarenta e cinco (45) dias, sem consentimento parental, se o estudante:

- a) levar uma arma para a escola ou evento escolar;
- b) possuir, conscientemente, drogas ilegais, vender ou solicitar a venda de uma substância controlada; ou
- c) tenha infligido danos corporais graves a outra pessoa enquanto presente na escola, ou evento escolar.

O ambiente educacional alternativo torna-se no ambiente educacional corrente do aluno até quarenta e cinco (45) dias, mesmo se a audiência for pedida pelo pai ou departamento escolar.

19. O auditor pode ordenar que um estudante seja colocado num ambiente educacional educativo provisoriamente?

Um auditor pode ordenar uma mudança no ambiente educacional de um estudante portador de deficiência para um ambiente educacional alternativo apropriado por um prazo inferior a quarenta e cinco (45) dias, se o auditor, durante uma audiência expedita, determinar que o distrito escolar provou que manter a colocação atual do aluno poderá, provavelmente, resultar em lesões, do aluno, ou de outros.

20. Como é que a decisão do auditor imparcial é aplicada?

A decisão de um auditor imparcial é final, e vincula as partes a menos que seja apelada através de ação civil a um Tribunal estatal ou em Tribunal Distrital dos Estados Unidos. No caso de uma agência de educação local falhar no cumprimento da decisão, uma queixa estatal escrita poderá ser apresentada ao Gabinete de Apoio Estudantil, Comunitário e Académico do Departamento de Educação de Rhode Island. Decisões feitas em audiências de processo imparcial podem também ser aplicadas através de ação judicial.

21. O que é uma audiência sobre ordem cautelar provisória?

A Lei Geral de Rhode Island 16-39-3.2 autoriza o Comissário de Educação Primária e Secundária a emitir ordens provisórias enquanto se aguarda uma audiência conforme necessário para garantir que a criança recebe uma educação de acordo com as leis e regulações aplicáveis. Ordens provisórias não estão limitadas a alunos portadores de deficiências. Audiências sobre ordens provisórias devem ser realizadas cinco (5) dias após o pedido de alívio, e uma decisão deve ser tomada cinco (5) dias úteis após a conclusão da audiência. Pedidos para ordens cautelares provisórias são apresentadas, por escrito, junto do Comissário de Educação Primária e Secundária.

Apêndice B

Formulário Modelo para Pais/Tutores ou Entidades Públicas na Solicitação de Audiência de Processo Imparcial do Ensino Especial



Departamento do Ensino Primário e Secundário de Rhode Island
Formulário Modelo para pais/tutores ou entidades públicas na solicitação de
Audiência de Processo Imparcial do Ensino Especial

(Revisto em Junho de 2011)

Este formulário proporciona assistência no fornecimento das informações necessárias para apresentar uma queixa estadual sobre a educação especial, em nome de uma criança elegível para a educação especial no âmbito da Lei de Educação para pessoas com deficiência (IDEA). O processo de queixa do estado pode ser utilizado quando se considera que um departamento de educação da escola ou outra agência de educação pública violou as leis ou regulamentos da educação especial. (Este processo de reclamação não é o caminho a tomar quando você e o Departamento de escola ou agência discordam em relação aos serviços de elegibilidade, o tipo ou quantidade de serviços especializados de instrução ou terapia, ou a legitimidade de uma colocação.) Os procedimentos de denúncia do estado sobre a educação especial e dos processos de resolução de litígios são explicadas no website do Departamento: http://www.ride.ri.gov/Special_Populations/Dispute_resolution/ Pode obter ajuda com este formulário ao ligar para o Gabinete de Estudante e Apoio de Comunidade Académica, no número (401) 222-8999.

Dados sobre a criança	Nome do menor: _____	Data de nascimento: _____
	Endereço onde vive o menor: Rua _____ Cidade _____ _____ Estado, Código Postal	Escola e ano que frequenta: _____ Cidade/localidade onde a escola se situa: _____ Cidade ou localidade
Dados sobre os pais/tutores	Nome do(a) pai/mãe/pais ou do tutor: _____	Número(s) de telefone de contacto do/dos pai(s): _____
	Endereço postal (se for diferente do menor) _____ _____ Rua, Cidade, Estado, Código Postal)	Idioma usado para materiais impressos: _____ Idioma preferido na comunicação verbal: _____

(Caso seja necessário, utilize uma página adicional)

Alegação	Descreva a natureza do problema da criança, no que respeita à ação proposta ou rejeitada ou à mudança de identificação, de avaliação, colocação escolar ou a oferta de ensino público adequado gratuito:
Factos	Descreva os factos relacionados com o problema incluindo quando ocorreu o problema:
Resolução Proposta	Na sua opinião, o que resolveria o problema?

ADVOGADOS NOMEADOS, SE FOREM CONHECIDOS:

_____ Para os pais _____ Para a entidade pública

PARTE QUE APRESENTA O PROCESSO QUEIXA:

NOME (em letra de imprensa): _____ TELEFONE/TELEMÓVEL/FAX: _____

ENDEREÇO: _____

Rua _____ Cidade/localidade _____ Estado Código Postal

VERIFICAÇÃO SE UMA CÓPIA DESTA SOLICITAÇÃO DE QUEIXA/AUDIÊNCIA DE PROCESSO FOI ENVIADA À OUTRA PARTE NESTA QUEIXA (PAIS OU SUPERINTENDENTE ESCOLAR) (Assinale) Sim Não

ASSINATURA: _____ Data _____

Por favor, submeta este formulário preenchido ou todos os dados respeitantes, enviando-o para: Dispute Resolution, Suite 500, Office of Student, Community and Academic Supports, RI Dept. of Education, 255 Westminster Street, Providence, RI 02903.